



@-SAJ Portal de Serviços

CAIXA POSTAL

CADASTRO

AJUDA

Identificar-se

MENU

Bem-vindo &gt; Consultas Processuais &gt; Consulta de Processos do 1º Grau

## Consulta de Processos do 1º Grau

### Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.

### Dados para Pesquisa

Todas as Comarcas

Pesquisar por: Nome da parte

Nome da parte: ana kelle rodrigues

☐ Pesquisar por nome completo

### Dados do Processo

Processo: 0101280-07.2018.8.20.0113

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Área: Criminal

Assunto: Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas

Local Físico: 15/04/2019 00:00 - Aguardando outros - Remessa ao MP

Distribuição: Sorteio - 28/09/2018 às 10:13

2ª Vara - Areia Branca

Dados da Delegacia: Procedimento Investigatório nro. 06.2018.00000034-8 - Delegacia de Polícia de Areia Branca - Areia Branca-RN

### Partes do Processo

 Exibindo todas as partes. [»Exibir somente as partes principais.](#)

Autor: Ministério Público da Comarca de Areia Branca-RN

Réu: Francisco José Alves Nogueira **Réu preso**Réu: Érica Nayane de Oliveira **Réu preso**Ré: Ana Kelle Rodrigues **Réu preso**

Advogado: Marlus César Rocha Xavier

Réu: Elton John da Silva

Réu: ANTONIO JEFERSON DA SILVA **Réu preso**

Réu: Nailson Carlos de Souza Araújo

Réu: Joaquim Bezerra de Oliveira Filho

Réu: Jucimara Nunes Rodrigues **Réu preso**Réu: Sandra Lourenço Costa **Réu preso**

Réu: Franci Carlos Costa Aquino

### Movimentações

Exibindo 5 últimas. [»Listar todas as movimentações.](#)

Data

15/04/2019

#### Movimento

Relação encaminhada ao DJE

Relação: 0192/2019 Teor do ato: Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial (fls. 655/656), INDEFIRO o pedido de revogação da prisão cautelar da ré ANA KELLE RODRIGUES por não vislumbrar qualquer alteração no plano fático capaz de legitimar a revogação da prisão preventiva decretada, mantendo-se inalterada a decisão proferida por este Juízo em 04 de setembro de 2018 (fls. 136/144, em apenso). Considerando que já fora juntada aos autos certidão de óbito de Franci Carlos Costa de Aquino (fl. 620), cumpra-se integralmente as determinações contidas na decisão proferida por este Juízo às fls. 616/620. Publique-se.

05/04/2019 14:41



12/04/2019

12/04/2019

12/04/2019

*Intimem-se. Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público Estadual. Areia Branca/RN, 12 de abril de 2019. (documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06) Eduardo Neri Negreiros Juiz de Direito Advogados(s): Marlus César Rocha Xavier (OAB 2968/RN)*

Recebidos os Autos do Magistrado

Recebidos os Autos do Magistrado

 **Decretada a prisão preventiva**

*Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial (fls. 655/656), INDEFIRO o pedido de revogação da prisão cautelar da ré ANA KELLE RODRIGUES por não vislumbrar qualquer alteração no plano fático capaz de legitimar a revogação da prisão preventiva decretada, mantendo-se inalterada a decisão proferida por este Juízo em 04 de setembro de 2018 (fls. 136/144, em apenso). Considerando que já fora juntada aos autos certidão de óbito de Franci Carlos Costa de Aquino (fl. 620), cumpra-se integralmente as determinações contidas na decisão proferida por este Juízo às fls. 616/620. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público Estadual. Areia Branca/RN, 12 de abril de 2019. (documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06) Eduardo Neri Negreiros Juiz de Direito*

11/04/2019

Concluso para decisão

**Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças****Recebido em**

20/03/2019

**Classe**

Insanidade Mental do Acusado

**Petições diversas**

Não há petições diversas vinculadas a este processo.

**Audiências**

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

[Voltar para os resultados da pesquisa](#)

desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJRN

25/04/2019 14:41





(1)



Buscar no site



A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

[Nova Consulta](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 2013409773 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** francisco caninde de oliveira  
**COBERTURA** Morte



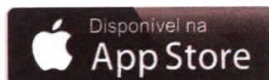
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO DPSEG**  
 (CTG) - Serviços de Seguros Eireli/PR  
**BENEFICIÁRIO** cleilton evangelista de oliveira

**Posição em 25-04-2019 14:20:28**

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
➔ Outros	Vitima	Não Conforme	
➔ Termo de conciliação	Representante	Pendente	cleide evangelista freire oliveira

## Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



([https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)

[l=pt&ls=1&mt=8](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8))



([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

[id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital))

## ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

[/seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?guid=EAlaIQobChMI0JS6id\\_r4QIVygSRCh3jfAqWEAA...](https://seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?guid=EAlaIQobChMI0JS6id_r4QIVygSRCh3jfAqWEAA...) 2/4







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Areia Branca

**Autos n.º** 0101715-54.2013.8.20.0113  
**Ação** Procedimento Ordinário/PROC  
**Autor** Ana Kelle Rodrigues  
**Réu** C. E. O.(menor impúbere) e outros

**SENTENÇA**

**Vistos.**

Trata-se de Ação Declaratória de União Estável *Post Mortem*, proposta por Ana Kelle Rodrigues, devidamente qualificada, através de advogada regularmente constituída, em face de Cleilton Evangelista de Oliveira, Cleiton Evangelista de Oliveira, Cledna Evangelista de Oliveira, Cledinária Evangelista de Oliveira (menor impúbere) representada por sua genitora Cleide Evangelista Freire, e Kairan Augusto de Oliveira, também representando neste feito por sua genitora Valdinez Augusta de Souza, com o escopo de obter provimento jurisdicional que declare a existência de união estável em relação ao falecido Francisco Canindé de Oliveira e o lapso de sua duração.

Os demandados foram citados, não tendo apresentado contestação ao pleito autoral.

Nesta audiência, procedeu-se à oitiva da Autora.

É o relatório.

Inicialmente, decreto a revelia dos demandados.

Em seguida, ausente nos autos a repetição do pedido da tutela cautelar nas fls 44, 52 e 53, ao seu pedido principal, restringindo-se este apenas ao reconhecimento do lapso temporal da sua união estável com o *de cujus* sem menção a tutela de urgência, portanto, eis aqui a uma apreciação meramente declaratória para o provimento da lide. Vejamos:

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. REPETIÇÃO DO PEDIDO DA AÇÃO PRINCIPAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 267, INC. VI, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.** 1. Cuida-se de decisão proferida na regência do CPC de 1973, sob o qual também foi manifestado o recurso, e conforme o princípio do isolamento dos atos processuais e o da irretroatividade da lei, as decisões já proferidas não são alcançadas pela lei nova, de sorte que não se lhes aplicam as regras do CPC atual, inclusive as concernentes à fixação dos honorários

ste documento foi assinado digitalmente por FABIO FERREIRA VASCONCELOS.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Areia Branca

*advocaticios, que se regem pela lei anterior. 2. O pedido da presente cautelar, para que fosse assegurada à parte autora a manutenção do seu benefício de pensão por morte, em virtude do óbito do seu marido/genitor, ocorrido em 31/08/1970, foi apreciado na ação principal quando da análise do pedido de antecipação da tutela, tendo sido concedida a pretendida manutenção, confirmada por este Tribunal no julgamento da apelação interposta contra a sentença de mérito. 3. Dessa forma, não há interesse processual na ação cautelar cujo objeto foi também apreciado na ação principal, impondo-se a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do CPC. 4. Tendo em vista que o pedido de manutenção só fora deferido administrativamente após o ajuizamento da presente ação, devida é, portanto, a condenação da parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados pelo Juízo a quo em R\$ 1.000,00. 5. Apelação da União desprovida, nos termos do voto. (TRF-1 - AC: 00007184420064013808 0000718-44.2006.4.01.3808, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, Data de Julgamento: 11/10/2017, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 08/11/2017 e-DJF1)*

Superado esse entendimento, passamos a analisar a instituição familiar a lume da sistemática normativa:

A família, entendida como base da sociedade e aglutinadora dos mais nobres sentimentos humanos, mereceu de nossa Constituição Federal especial proteção.

Nessa esteira, a união estável foi elevada ao status de entidade familiar, cabendo à lei ordinária facilitar sua conversão em casamento, a teor do art. 226, § 3º, Magna Carta, o qual consigna que para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Em cumprimento ao mandamento constitucional suso referido, foi editada a Lei n.º 8.971/94, que regula o direito dos companheiros aos alimentos e à sucessão, trazendo conceituação a respeito do instituto do companheirismo e a Lei n.º 9.278/96, que regulamenta o § 3º, do art. 226, Constituição Federal.

Pois bem, a interpretação do art. 1º, da Lei n.º 8.971/94 demonstra que são requisitos do companheirismo a inexistência de impedimento para o casamento, vez que se refere à companheira comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo e o lapso temporal de cinco anos de convivência ou a existência de filhos.

A Lei n.º 9.278/96, a seu turno, não fez referência expressa à inexistência de

este documento foi assinado digitalmente por FABIO FERREIRA VASCONCELOS.







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Areia Branca

impedimento matrimonial, nem exigiu lapso temporal mínimo. Entrementes, a inexistência de impedimento matrimonial pode ser inferida da disposição insculpida na parte final, do art. 1º, do mesmo diploma legal, ao gizar que a convivência deve ser estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Assim, não admitindo o nosso ordenamento jurídico a poligamia, conclui-se que se houver impedimento matrimonial de uma das partes a relação subjacente não poderá ser entendida como entidade familiar. Na mesma linha, o art. 1723, do Código Civil, estatuiu que *é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família*.

Nesse pórtico, tem-se como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, não mais se exigindo, inclusive, a diversidade de gêneros.

No caso em apreço, o exame probatório extraído da Audiência de Instrução e Julgamento, mormente a declaração da *ex*resposa do falecido e da Sra. Valdinez Augusta de Souza, representando o menor K. A. O., em que confirma a existência da união estável entre o falecido com autora, documento gravado e acostado às fls. 59, acrescido da ausência de impugnação da genitora do *de cujus*, demonstram que o relacionamento mantido entre a Autora Ana Kelle Rodrigues e o Sr. Francisco Canindé de Oliveira preenche todos os requisitos legalmente exigidos para seu reconhecimento como união estável. Tenho, pois, como caracterizada a existência de união estável, nos moldes postulados na inicial.

Pelas razões acima expostas, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para o fim de DECLARAR a existência de união estável entre ANA KELLE RODRIGUES e FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, no período compreendido entre 2005 e 01 de junho 2013, com fulcro no art. 226, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 1723, do Código Civil.

Defiro a gratuidade da justiça (art. 98 do CPC).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em dez por cento sobre o valor da causa, em partes iguais, suspensas as exigibilidades em razão do deferimento da

Este documento foi assinado digitalmente por FABIO FERREIRA VASCONCELOS.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Areia Branca

---

gratuidade judiciária.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Areia Branca/RN, 16 de outubro de 2018.

**Fábio Ferreira Vasconcelos**

**Juiz de Direito**

Este documento foi assinado digitalmente por FABIO FERREIRA VASCONCELOS.





EXCELENTÍSSIMO/A SENHOR/A DOUTOR/A JUIZ/A DE DIREITO, INVESTIDO/A NA JURISDIÇÃO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE AREIA BRANCA – RN.

**Ref.: PROCESSO nº 0801175-87.2019.8.20.5113**

**ANA KELLE RODRIGUES**, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem por seu advogado infra signatário, a presença de Vossa Excelência, requerer a juntada dos inclusos documentos em anexo ( RG e CPF da parte autora, Comprovante de Residência, RG do falecido, Certidão de Óbito e B.O ), para que possa surtir seus jurídicos e legais efeitos, pugnando oportunamente pelo prosseguimento, por ser obra da mais lúdima e salutar **JUSTIÇA!!!**

E. deferimento.

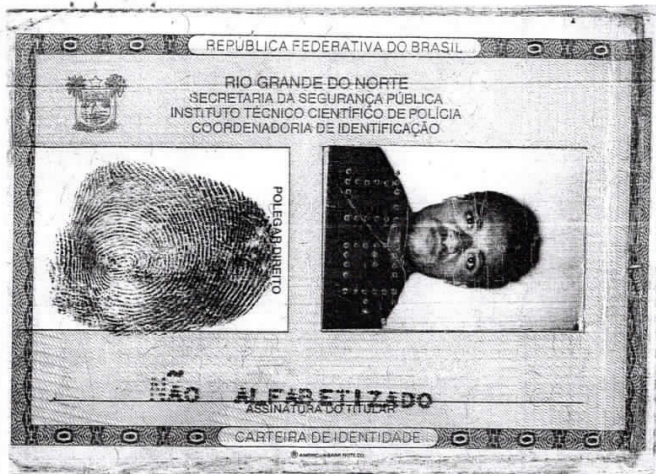
Mossoró-RN, 31 de Julho de 2019.

.....  
**Maria de Lourdes XAVIER DE MEDEIROS**

INSCRIÇÃO OAB/RN Nº 5562











ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE GROSSOS-DP/GROSSOS

## **BOLETIM DE Ocorrência 125/2013.**

**NATUREZA DA Ocorrência:** ACIDENTE DE TRÂNSITO

**LOCAL DA Ocorrência:** Na estrada da Raiz, próximo ao bar do Mato, de Grossos-RN.

**DATA E HORÁRIO DO FATO:** 01/06/2013, POR VOLTA DAS 9:40.

**COMUNICANTE:** ANA KELLE RODRIGUES, RG 1924363 SSP/RN, brasileira, união estável, doméstica, natural de Mossoró-RN, nascido aos 04/06/1979, filho de Antônia Rodrigues, residente e domiciliado Na Rua Terezinha Pereira, 111, bairro Centro em Grossos-RN.

**VITIMA:** FRANCISCO CANINDÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, união estável, natural de Mossoró, filho de Francisco de Oliveira Ferreira e de Francisca Maria de Oliveira, residente a Rua Terezinha Pereira, 111, bairro Centro em Grossos-RN.

**ACUSADO:** prejudicado.

**RESUMO DA Ocorrência:** A comunicante informa que na data, horas e local acima mencionado, seu companheiro (vítima), transitava pela estrada da Raiz em seu veículo tipo corsa Wind, de placas MXW 7663, chassi de nº 9BGSC08WSSC644873, renavam de nº 176681116, ano de fabricação e modelo 95, de cor verde, levando como passageiros as pessoas de Carlos Henrique Azevedo da Silva e Junior, quando perdeu o controle do veículo que veio a capotar, vindo Canindé a falecer no local, enquanto os ocupantes nada sofreram em consequência de acidente; Que, Canindé não bebeu, porém, segundo as testemunhas estava em alta velocidade por ocasião do fato, que ele não possuía CNH, para dirigir veículo automotor, embora dirija há pelo menos dez anos.

**PROVIDENCIAS ADOTADAS:** Foi registrado o Boletim de Ocorrência e entregue uma via ao comunicante.

**OBS:** O comunicante se responsabiliza pelas informações contidas neste boletim de ocorrência

Grossos 11 de junho de 2013

Ana Kelle Rodrigues  
AUTENTICADO

CERTIFICO que a presente cópia  
é reprodução fiel do original que me  
foi apresentado, dou fé.

12 JUN. 2013

Luzinete B. de Mendonça Fernandes - Tabelião  
Roberto Alves C. Fernandes - Substituto  
Francisco José Maximiano - Substituto  
Luzinete Kariney Mendonça Fernandes - Substituto  
Renan Mendonça Fernandes - Substituto  
Pedro Ramon Mendonça Fernandes - Substituto

APC SIDNEY ALMEIDA



GRUNDO OFÍCIO DE NOTAS  
a Santos Dumont, 10 - Centro  
GROSSO-RN Fone: (84)3317-4278





08.383.614/0001-01  
TERMO UNICO DE GROSSOS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Av. Cônego José S/N  
CENTRO  
CEP: 59.675-000  
Grossos - RN

## CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:  
FRANCISCO CANINDE DE OLIVEIRA

MATRÍCULA:  
0948700155 2013 4 00013 182 0000900 51

SEXO

masculino

COR

Branca

ESTADO CIVIL E IDADE

casado, com 40 anos de idade

NATURALIDADE

MOSSORO - RN

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1.708.231 - RN

ELEITOR

era eleitor

### FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA e FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA NA RUA TEREZINHA PEREIRA  
Grossos - RN

### DATA E HORA DE FALECIMENTO

primeiro de junho de dois mil e treze às 09:40 horas

DIA MÊS ANO

01/06/2013

### LOCAL DE FALECIMENTO

Grossos em Grossos - RN

### CAUSA DA MORTE

LUXAÇÃO INTERVERBRAL CERVICAL

### AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que a presente cópia  
é reprodução fiel do original que me  
foi apresentado, dou fé.

12 JUN. 2013

### SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO)

Cemitério São Sebastião, nesta cidade de Grossos - RN

Ana Kelle Rodrigues

### NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

ISAC AXEL DE MEDEIROS NOGUEIRA CRM:3985

### OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

casado com CLEIDE EVANGELISTA FREIRE DE OLIVEIRA. Declarou que não deixou bens a inventariar. Deixou filhos: 5 Filhos.

GROSSOS ÚNICO OFÍCIO DE NOTAS  
Oficial: Geruza Pinheiro de Araújo Maciel  
Av. Cel. Solon, 241 Centro  
Grossos - RN  
(84)3327-2115

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Grossos - RN, 03 de junho de 2013

Geruza Pinheiro de A. Maciel  
OFICIAL ESCRIVENTE  
CPF: 876.979.804-44



CADASTRO  
DE PROCESSOVISUALIZAR  
PROCESSOCADASTROS  
GERAISARQUIVO  
MORTO

VISUALIZAR PROCESSO

Processo da: &lt;MATRIZ - CURITIBA&gt;

Voltar

**PROCESSO**

Número do Sinistro 2013/409773 (TOTAL)

Vítima	francisco caninde de oliveira	Filial	MATRIZ - CURITIBA
Data Cadastro	04/07/2013	Garantia	MORTE
Data Sinistro	01/06/2013	Data Recepção	04/07/2013
Analista	Adilson	Categoria	01 - VEICULO
Seguradora	Capemisa Vida e Previdência	Situação	PAGO PARCIAL

**CORRETORA**

Nome	MARIA DE LOURDES XAVIER DE MEDEIROS	Responsável	bruno ( 84 ) 8889-9490
------	-------------------------------------	-------------	------------------------

**PROCURADOR**

Nome	maria de lourdes xavier de medeiros	Email	
Telefone		CPF	405.857.784-34
Celular			

**ENVIO À SEGURADORA LÍDER**

Data Envio	Recall.
11/07/2013	

**BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS**

Data Pagto	Data Rateio	Beneficiário - CPF/CNPJ	Valor Indenização	Valor Pleitado	Diferença	Dados Bancários
23/07/2013	19/07/2013	cleide evangelista freire oliveira (esposa e representante dos 03 filhos menores) 007.848.024-83	4.050,00	4.050,00	0,00	1   001/_14699/_28792X/_
23/07/2013	19/07/2013	cliedna evangelista de oliveira (filha) 701.105.014-03	1.350,00	1.350,00	0,00	1   001/_14699/_299952/x
23/07/2013	19/07/2013	valdinez augusta de souza (representante do filho menor) 075.456.694-36	1.350,00	1.350,00	0,00	1   001/_14699/_214019/_

**DOCUMENTOS**

Data Solicitação	Data Recepção	Descrição
08/07/2013		Cópia do CPF da vítima ou Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal, informando que a vítima não possui cadastro de pessoa física, conforme determinação da Seguradora Líder ? DPVAT.
11/07/2013	11/07/2013	Segue Líder

**GLOSA OU RELATÓRIO****CARTA**

Data	Usuário
08/07/2013	adilson







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Areia Branca  
BR-110, Km 01, AREIA BRANCA - RN - CEP: 59655-000

Processo: 0801175-87.2019.8.20.5113

Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: ANA KELLE RODRIGUES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **DESPACHO**

Nas ações de cobrança de DPVAT, a experiência demonstra que a realização de audiência de conciliação e mediação de pronto se mostra infrutífera.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Em seguida, intime-se a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Tendo em vista que a parte autora é consumidora hipossuficiente e que suas alegações tem aparência de verdade, satisfazendo os pressupostos do artigo 6, VIII, do CDC, inverte o ônus da prova em favor do autor, em face do que, caberá ao réu antecipar as despesas com a perícia, resguardado o direito de requerer a devolução do montante em fase de cumprimento de sentença caso seja julgado improcedente o pedido do autor.



Defiro a gratuidade de justiça, art. 98 do CPC.

Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

AREIA BRANCA/RN, 13 de outubro de 2019

FABIO FERREIRA VASCONCELOS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

